

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA JUVENIL: IMPACTOS NO CONTEXTO ESCOLAR

PUBLIC POLICIES AND THE PREVENTION OF YOUTH VIOLENCE: IMPACTS IN THE SCHOOL CONTEXT

POLÍTICAS PÚBLICAS Y PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA JUVENIL: IMPACTOS EN EL CONTEXTO ESCOLAR

Amazilene da Silva Aguiar Fonseca¹

RESUMO: As instituições de ensino desempenham um papel crucial na prevenção da violência entre jovens, contribuindo para a segurança e o bem-estar dos alunos. Para criar um ambiente escolar mais seguro, foram implementados programas focados em educação e segurança, como a mediação de conflitos, o desenvolvimento socioemocional e a prevenção do bullying. Tais iniciativas visam não só diminuir a violência física, mas também evitar problemas como o bullying e a exclusão social. A parceria entre escolas, famílias e a comunidade é vital para o êxito desses programas. Diante disso, foi realizada uma revisão bibliográfica apoiada na análise dos dados empíricos, situando os resultados dentro de um referencial teórico abrangente. A pesquisa objetiva entender como as políticas públicas podem contribuir para diminuir comportamentos agressivos, promover o desenvolvimento socioemocional dos estudantes e fortalecer as relações interpessoais dentro da comunidade escolar. Os resultados indicam que as iniciativas das escolas, como rodas de conversa, oficinas temáticas e apoio psicológico, podem ser elementos interessantes para promover um ambiente mais seguro e colaborativo, com uma diminuição nos casos de bullying e maior engajamento dos alunos. Conclui-se que as políticas públicas desempenham um papel importante na prevenção da violência juvenil, mas a eficácia de suas ações pode ser aumentada através de estratégias integradas que incluam mais formação contínua para os profissionais, parcerias com a comunidade e um fortalecimento do diálogo com as famílias.

5933

Palavras-chave: Prevenção da violência. Mediação de conflitos. Parceria escola-comunidade. Estratégias pedagógicas.

ABSTRACT: Educational institutions play a crucial role in preventing violence among young people, contributing to the safety and well-being of students. To create a safer school environment, programs focused on education and safety, such as conflict mediation, socio-emotional development, and bullying prevention, have been implemented. Such initiatives aim not only to reduce physical violence, but also to prevent problems such as bullying and social exclusion. The partnership between schools, families, and the community is vital to the success of these programs. In view of this, a literature review was carried out supported by the analysis of empirical data, placing the results within a comprehensive theoretical framework. The research aims to understand how public policies can contribute to reducing aggressive behavior, promoting the socio-emotional development of students, and strengthening interpersonal relationships within the school community. The results indicate that school initiatives, such as discussion groups, thematic workshops, and psychological support, can be interesting elements to promote a safer and more collaborative environment, with a decrease in bullying cases and greater student engagement. It is concluded that public policies play an important role in preventing youth violence, but the effectiveness of their actions can be increased through integrated strategies that include more ongoing training for professionals, partnerships with the community and a strengthening of dialogue with families.

Keywords: Violence prevention. Conflict mediation. School-community partnership. Pedagogical strategies.

¹Docente. Doutorada em Ciências da Educação.

RESUMEN: Las instituciones educativas desempeñan un papel crucial en la prevención de la violencia entre los jóvenes, contribuyendo a la seguridad y el bienestar de los estudiantes. Para crear un ambiente escolar más seguro, se implementaron programas enfocados en la educación y seguridad, como mediación de conflictos, desarrollo socioemocional y prevención del bullying. Estas iniciativas no sólo pretenden reducir la violencia física, sino también prevenir problemas como el acoso y la exclusión social. Las asociaciones entre las escuelas, las familias y la comunidad son vitales para el éxito de estos programas. En vista de ello, se realizó una revisión bibliográfica apoyada en el análisis de datos empíricos, ubicando los resultados dentro de un marco teórico integral. La investigación tiene como objetivo comprender cómo las políticas públicas pueden contribuir a reducir el comportamiento agresivo, promover el desarrollo socioemocional de los estudiantes y fortalecer las relaciones interpersonales dentro de la comunidad escolar. Los resultados indican que las iniciativas escolares, como grupos de discusión, talleres temáticos y apoyo psicológico, pueden ser elementos interesantes para promover un entorno más seguro y colaborativo, con una disminución de los casos de acoso escolar y un mayor compromiso del alumnado. Se concluye que las políticas públicas juegan un papel importante en la prevención de la violencia juvenil, pero la efectividad de sus acciones puede incrementarse mediante estrategias integradas que incluyan mayor capacitación continua de los profesionales, alianzas con la comunidad y un fortalecimiento del diálogo con las familias.

Palabras clave: Prevención de la violencia. Mediación de conflictos. Asociación escuela-comunidad. Estrategias pedagógicas.

INTRODUÇÃO

5934

A violência entre jovens tem se destacado como um dos problemas mais complexos da sociedade atual, especialmente dentro das escolas, onde seus efeitos impactam diretamente o desenvolvimento dos estudantes. Como locais de aprendizado e socialização, as escolas enfrentam o desafio de lidar com várias formas de violência, desde agressões físicas até bullying psicológico, com consequências profundas para o bem-estar e o desempenho acadêmico dos alunos. Esses comportamentos não só prejudicam o ambiente educacional, mas também afetam o crescimento emocional e as habilidades sociais dos jovens.

Nesse cenário, o papel da escola se torna ainda mais crucial, pois precisa ir além do ensino tradicional para incluir ações de prevenção, educação emocional e promoção de interações saudáveis entre os estudantes. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que as instituições educacionais implementem estratégias de segurança, apoio psicossocial e programas de conscientização que fomentem uma cultura de respeito e solidariedade no ambiente escolar.

A violência entre jovens nas escolas é um reflexo de problemas sociais mais amplos, tais como desigualdade, exclusão e vulnerabilidade econômica. Essas questões impactam

diretamente o dia a dia das instituições de ensino, especialmente em áreas com altos níveis de violência e carências.

Apesar dos esforços crescentes para implementar programas de prevenção à violência nas escolas, muitas instituições ainda enfrentam dificuldades em lidar com os múltiplos fatores que contribuem para esse problema. Iniciativas como a inclusão de práticas de desenvolvimento socioemocional no currículo e a mediação de conflitos têm se mostrado promissoras, mas necessitam de estudos mais detalhados para avaliar sua eficácia em contextos escolares específicos. Essa necessidade destaca a importância de compreender como essas práticas podem ser adaptadas para atender às demandas reais das escolas e das comunidades em que estão inseridas.

Diante disso, o questionamento do estudo foi o seguinte: como as políticas públicas podem contribuir para diminuir comportamentos agressivos, promover o desenvolvimento socioemocional dos estudantes e fortalecer as relações interpessoais dentro da comunidade escolar?

Diante disso, o objetivo do presente estudo consistiu em investigar como as políticas públicas podem contribuir para diminuir comportamentos agressivos, promover o desenvolvimento socioemocional dos estudantes e fortalecer as relações interpessoais dentro da comunidade escolar.

MÉTODOS

Em relação a abordagem, essa pesquisa se caracterizou como qualitativa, pois tem seu foco investigar como as políticas públicas podem contribuir para diminuir comportamentos agressivos (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Quanto aos objetivos desta pesquisa, foi empregado a pesquisa exploratória. Segundo Gil (2010), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Esse tipo de pesquisa pode envolver basicamente levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado, por exemplo.

Por fim, quanto aos meios a pesquisa foi bibliográfica. Para Gil (2010) a pesquisa bibliográfica se desenvolve com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos dentre outros. A pesquisa foi desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, que não se limitam apenas em livros e periódicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência é um fenômeno de difícil conceituação, porém está ligada a atitudes ou ações de omissões e negligências cometidas por grupos, classes, indivíduos às minorias de poder como mulheres, negros, idosos, crianças, etc., que acarretam em danos tanto físicos quanto emocionais e morais.

De acordo com Boyes-Watson (2011, p. 269):

Durante a adolescência, a conexão emocional com os outros é tão crítica quanto o é para uma criança pequena. A tarefa de desenvolvimento dos anos da pré-adolescência é estabelecer um sentido de diligência ou a crença interior de que se é capaz de começar uma tarefa e cumpri-la. A escola é o local primário para esta experiência. Os jovens que batalham na escola com poucos sinais de sucesso, buscam caminhos alternativos para sua realização, especialmente aqueles que sejam valorizados pelos seus pares. De certa forma, eles se dedicam a “serem bons em serem maus.” Para as jovens, a atividade sexual encerra o fascínio da intimidade, de ser cuidada, de ser amada. Sem a proteção de mães e pais responsáveis, as jovens ficam altamente vulneráveis a experiências de vitimização e exploração sexual, particularmente por homens mais velhos dentro do espaço doméstico ou da família. A experiência da exploração pode traduzir-se em um sentimento subjetivo de inutilidade e a crença de que nasceu para ser usada pelos outros.

Pode-se dizer que o ato de violência, geralmente, atenta contra a liberdade de outrem. De acordo a definição do Dicionário Houaiss (2009, p.1948) “violência seria ato de violento, ato de empregar a força física, ou intimidação moral [...]”.

Minayo (2003, p. 135) nos traz um conceito acerca de violência:

Um fenômeno humano, social e histórico que se traduz em atos realizados, individual ou institucionalmente, por pessoas, famílias, grupos, classes e nações, visando prejudicar, ferir, mutilar ou matar o outro, física, psicológica e até espiritualmente. No conceito de violência está incluída a ideia de omissão, que aceita e naturaliza maus tratos ao outro individual ou coletivo.

Na sociedade a violência se apresenta como um meio de legitimação de poder, uma vez entendido que as relações entre homens e mulheres são permeadas por relações de poder desiguais que caminham rumo à discriminação da mulher. Sendo assim, a violência fica entendida como meio de dominação que segundo Herman (2012) *apud* Souza (2019, p.17) “reduz o outro à impossibilidade de expressar sua vontade”.

Ainda nesse sentido, Chauí (2006) expõe:

[...] a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela: as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdade que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito de direitos [...] (Chauí, 2006, p. 89).

Assim, através do exposto a autora traz elementos que são fundamentais ao entendimento de como a violência se perpetua e não pareça algo passível de transformação.

Pode-se, portanto, inferir que a violência na contemporaneidade está bastante enraizada no dia-a-dia visto que as relações baseadas na violência parecem ter sido naturalizadas, ou seja, aceitas, não nos causando mais espanto ou chamando nossa atenção para tais acontecimentos.

Desse modo, está presente em qualquer cultura ou grupo, onde tanto o agressor quanto as vítimas pertencem a todas as classes sociais em qualquer que seja sua faixa etária, ou seja, a violência é vivenciada em todo e qualquer lugar não se limitando à raça, classe social, religião, idade, país, etc. Caracterizada como uma manifestação da questão social, grave e delicada, pode ser física, psicológica, sexual, intrafamiliar, ou seja, aparecendo de diversas maneiras e formas (Souza, 2019).

A violência é um dos meios de se resolver situações de conflito, até mesmo no âmbito privado, onde o indivíduo considera como um espaço onde nada diz respeito à sociedade, e nem mesmo ao Estado, dessa forma, este espaço se configura também como espaço destinado a violência (Souza, 2019).

Nos últimos anos percebe-se que tem sido tudo completamente diferente e principalmente com relação à violência o índice tem aumentado bastante no Brasil. Assim, está relacionada e atinge diretamente as famílias no geral, como crianças mulheres e idosos, além disso, já foram feitos vários projetos para que possa fazer com que a violência acabe no Brasil ou pelo menos diminua.

A violência não é uma, é múltipla abrangendo várias formas de ações. O termo é de origem latina e vem da palavra “vis”, que significa “força” e se alude às noções de constrangimento e de uso da desigualdade física sobre o outro conforme dispõe Minayo (2003, p. 25):

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) conceitua a violência como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

Para Minayo e Souza (1997, p. 513–531) a violência pode ser definida como “Qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigidas a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais. Neste sentido, Krug (2002) confirma conceituando semelhantemente como o Autor citado acima que:

A violência é definida como o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002, p. 13).

É importante demonstrar também uma conceituação que Silva, (2005, p. 17) apresenta acerca de violência, dispondo que:

A violência possui ligações intensos com a desigualdade entre as classes e a exclusão social, desse feitio, seu enfrentamento não pode eximir-se da melhora do sistema de proteção social, do fortalecimento das políticas sociais e da garantia de direitos.

O conceito de violência para Arendt é como sendo uma lógica instrumental. A violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em conseguir o fim que deve justificá-la. E posto que, quando se atua, nunca se compreende com certeza quais serão os efeitos eventuais do que se está fazendo (Arendt, 1994).

A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra (Chauí, 1998, p. 28).

Para Chauí a violência trata de uma oposição a ética, da ausência de respeito com os outros, tratando-os como coisas, objetos e não como seres humanos (Chauí, 1998).

O surgimento do sistema educacional trouxe novas percepções de mundo para os membros da sociedade, pois o ensino interfere positivamente na conduta da humanidade, direciona para o crescimento pessoal e intelectual entre outras inúmeras vantagens. Paralelamente, o professor como agente do processo ensino aprendizagem com os alunos, desempenha papel fundamental através de métodos e estratégias que auxiliam o aluno a aprender.

Por sua vez, é primordial que exista uma relação harmoniosa na sala de aula, baseada na ética e respeito entre as partes. Porém, continuamente surgem ocorrências de violência dentro da escola, onde muitas vezes, o professor é a vítima (Machado, 2019).

A escola foi durante muitos anos um ambiente seguro onde somente se transmitia o conhecimento, por meio da assimilação automática que se transformava na estagnação e repressão. Dentro desse contexto, havia, também, a questão dos conflitos entre adolescentes, jovens e até adultos. Entretanto, a escola não se envolvia, levando com isso a continuação desses conflitos fora do ambiente escolar (Ribeiro, 2022).

Ao longo do último ano, a frequência de ataques a escolas cresceu no Brasil, com 5 ataques fatais registrados desde setembro de 2022 até abril de 2023. Considerando os casos dos

últimos 12 anos, pelo menos 37 pessoas morreram em atentados em instituições brasileiras, segundo levantamento realizado pelo Poder. Foram 11 atentados realizados desde 2011 em unidades de ensino em todo o país, sendo o massacre de Realengo (RJ) o mais fatal, com 12 mortes.

Por outro lado, muita coisa mudou, a prática educacional se tornou uma profissão de risco no Brasil, pois de acordo com uma pesquisa realizada pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE em 2019, na cidade de São Paulo – SP, 54% dos professores já sofreram algum tipo de violência nas escolas, sendo os alunos os principais agressores, embora casos que até os pais dos alunos participaram da violência. Entre as agressões mais comuns estão a verbal (44%), seguida por discriminação (9%), “bullying” (8%), furto/roubo (6%), e agressão física (5%) e outros (OCDE, 2019).

Um levantamento global realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coloca o país entre os de índices mais altos do mundo no ranking das agressões contra professores - e que têm se mantido estável nos últimos anos.

Tabela 03 – Topo do ranking em agressões

Ambiente mais propício ao bullying

estudo divulgado em 2019 apontou que as escolas brasileiras são ambiente mais propício ao bullying e à intimidação do que a média internacional. Foram entrevistados 250 mil professores e líderes escolares de 48 países ou regiões.

Situações de intimidação	semanalmente, 10% das escolas brasileiras pesquisadas registram episódios de intimidação ou abuso verbal contra educadores, segundo eles próprios, com "potenciais consequências para o bem-estar, níveis de estresse e permanência deles na profissão", diz a pesquisa. A média internacional é de 3%.
Abuso verbal	Reparar os danos causados pelo infrator.
Agressividade "normalizada"	A OCDE não analisou os motivos por trás desses índices, mas apontou que o bullying e a agressividade acabaram sendo "normalizados" e minimizados, com impactos negativos sobre o aprendizado.
Intimidação semanal	Em 2017, estudo semelhante da OCDE mostrou que 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. Era o índice mais alto entre os 34 países pesquisados - a média entre eles é de 3,4%.
Aumento de casos	A pesquisa mais recente, de 2019, apontou que 54% dos professores já tinha pessoalmente sofrido algum tipo de violência. Em 2017, eram 51% e, três anos antes, 44%.
Violência mais comum contra professores	Entre elas, as mais frequentes eram agressão verbal (48%), assédio moral (20%), bullying (16%),

	discriminação (15%), furto/roubo (8%), agressão física (5%), e roubo ou assalto à mão armada (2%).
Alunos como alvo	37% dos estudantes relataram ter sido vítimas de agressão. Em 2017, foram 39% e, em 2014, 28%.
Violência mais comum contra estudantes	bullying (22%), agressão verbal (17%), agressão física (7%), discriminação (6%), furto/roubo (4%), assédio moral (4%), e roubo ou assalto à mão armada (2%).

Fonte: G1 (2023, p. 1).

Gitahy; Alves, Souza (2019), relatam que antes a violência trazia apenas o sentido de homicídios, roubos, uso de armas, associados muito mais ao bandido do que ao aluno, e os conflitos vivenciados no meio escolar eram encarados, tão somente, como atos de indisciplina. Na época, não se falava em violência na escola, mas sim em indisciplina escolar.

No campo educacional, a incivilidade no universo da violência se trata de uma subcategoria, no entanto, é errado afirmar que toda violência é a prova incivilidade, porque na incivilidade, o emprego da força não está necessariamente presente. (D'Agostini, 2019).

A violência contra professores no seu ambiente de trabalho pelos seus próprios alunos, há cada dia que passa está se tornando algo mais comum, triste realidade que coloca o Brasil no topo do “ranking” de casos deste tipo de violência de acordo com a pesquisa global.

Conforme aponta Sampaio (2019) a violência é naturalizada, chegando a se tornar algo normal por diferentes grupos sociais. Com os professores não é diferente, o que gera uma sensação de impotência nos professores e sensação de que estão desprotegidos, levando a muitos deles de calarem e não relatarem para seus gestores as ereções sofridas e muitos menos a registrar o boletim de ocorrência. No entanto, muitos casos são resolvidos pela administração escolar juntamente com o conselho tutela e os responsáveis pelos alunos, pois na maioria dos casos se trata de memores de idade.

A prevenção da violência entre jovens representa um desafio importante que exige a combinação de políticas públicas eficazes com abordagens educacionais nas escolas. Essas políticas não apenas guiam as ações nas escolas, mas também garantem o suporte necessário para sua execução e continuidade.

Quando bem aplicadas, essas políticas públicas demonstram sua eficácia no ambiente escolar pela diminuição de incidentes violentos e pela melhoria do clima escolar. De acordo com Ferreira (2022, p. 93), a introdução de programas escolares de prevenção à violência, sustentados por políticas públicas adequadas, levou a uma significativa redução nos casos de

bullying e outras formas de agressão entre alunos. Isso sublinha a importância de um apoio institucional forte para o sucesso desses programas.

Em relação à escola, em primeiro lugar, deve conscientizar-se de que esse conflito relacional já é considerado um problema de saúde pública. Por isso, é preciso desenvolver um olhar mais observador tanto dos professores quanto dos demais profissionais ligados ao espaço escolar. Sendo assim, deve atentar-se para sinais de violência, procurando neutralizar os agressores, bem como assessorar as vítimas e transformar os espectadores em principais aliados.

Não existem soluções simples para se combater o bullying. Trata-se de um problema complexo e de causas múltiplas. Portanto, cada escola deve desenvolver sua própria estratégia para reduzi-lo.

A escola deve agir precocemente contra o bullying. Entretanto, intervir imediatamente, tão logo seja identificada a existência de Bullying na escola e manter atenção permanente sobre isso é a estratégia ideal. A única maneira de se combater o Bullying é através da cooperação de todos os envolvidos: professores, funcionários, alunos e pais.

O papel da escola vem mudando drasticamente nos últimos anos, ultrapassando a sua função acadêmica e passando a agregar outras funções, como a socialização, formação do caráter, comportamento e cidadania. Mas para que isso aconteça é importante que todos os seus profissionais estejam preparados para lidar com a multiplicidade de questões que envolvem as crianças e jovens, buscando criar estratégias de prevenção. (PEREIRA, 2017, p. 67).

Além disso, tomar algumas iniciativas preventivas do tipo: aumentar a supervisão na hora do recreio e intervalo; evitar em sala de aula menosprezo, apelidos, ou rejeição de alunos por qualquer que seja o motivo. Também se podem promover debates sobre as várias formas de violência, respeito mútuo e a afetividade tendo como foco as relações humanas.

Acredita-se, que a prevenção começa pelo conhecimento. É preciso que as escolas reconheçam a existência do bullying e, sobretudo, estejam conscientes de seus prejuízos para a personalidade e o desenvolvimento socioeducacional dos alunos.

Para Ortega (2003), a intervenção preventiva deve ser encarada em toda a amplitude. Ainda segundo a autora, é necessário pensar, pelo menos, em três grandes linhas de atuação para a prevenção da violência escolar.

São elas a prevenção primária, que teria a finalidade de otimização das condições sociais em geral que cercam o sujeito, e aconteceria na comunidade, local de pertencimento do aluno; A prevenção secundária que se referia diretamente à ação da escola, ou se desencadearia a partir dela, prestando assistência aos estudantes em situações de riscos; e a prevenção terciária, que se referia ao trabalho direto com os

estudantes que já estão envolvidos em fenômenos de violência, condutas anti-social, criminalidade juvenil etc.(ORTEGA, 2003, p. 65).

Ainda há um grande número de profissionais da educação que não sabem distinguir entre condutas de bullying ou outros tipos de violência, por não ter um preparo para identificar e desenvolver estratégias pedagógicas para enfrentar os problemas no ambiente escolar.

Diante disso, a escola precisa capacitar seus profissionais para a observação, para que os mesmos possam identificar, diagnosticar e saber intervir nas situações do bullying ou até mesmo aos encaminhamentos corretos, levando o tema à discussão com toda a comunidade escolar de uma maneira a traçar estratégias que sejam capazes de fazer frente ao mesmo.

Gabriel Chalita (2001) salienta que algumas atitudes simples por parte da direção escolar podem ajudar a reduzir os casos de bullying no ambiente escolar. É necessário que toda equipe escolar, desde o primeiro dia de aula, esclareça sobre o que é bullying, e que não serão toleradas condutas do mesmo nas dependências da escola. Todos os alunos devem se comprometer a não praticá-lo e a comunicar a direção escolar sempre que presenciarem ou forem vítimas da conduta do bullying.

É essencial que os professores promovam debates sobre bullying nas salas de aula, fazendo com que o assunto seja bastante divulgado e assimilado pelos alunos. Estimular os estudantes a fazerem pesquisas sobre o tema na escola, para saber o que alunos, professores e funcionários pensam sobre o bullying e como acham que se deve lidar com esse assunto.

Sempre que ocorrer alguma situação de bullying, procurar lidar com ela diretamente, investigando os fatos, conversando com autores e vítimas. É relevante que os profissionais da educação interfiram diretamente nos grupos de alunos envolvidos sempre que for necessário para “romper a dinâmica” de bullying, orientando os alunos a sentarem em lugares previamente indicados, mantendo afastados os possíveis autores de suas vítimas.

É essencial tanto a participação do professor quanto dos alunos. O professor de um lado tem o dever de transmitir o papel ético, problematizar valores e regras morais através da afetividade e racionalidade, visando ao desenvolvimento moral e à socialização e os alunos o papel de entender e cooperar com as ações do professor. A escola, juntamente com os professores, tem a função de trabalhar conteúdos relacionados aos valores, como o diálogo, o respeito, e a solidariedade.

Diante disso, cabe ao professor a utilização de métodos educativos que envolvam a transmissão da importância do respeito, da amizade, do companheirismo, que devem ser inseridos cada vez mais nos planos de aulas diários, junto ao trabalho de atividades em grupo.

Em vista disso, é necessária também a ajuda de outros profissionais para ajudar na ação ao bullying em sala de aula, que deve ocorrer quando os mais variados métodos forem utilizados pelo professor dentro do espaço de ensino-aprendizagem. Além do mais, quando a situação é considerada grave, em que a solução não depende somente do trabalho do educador, este deve pedir ajuda aos demais profissionais da equipe pedagógica especializada que deve existir na escola.

Conhecer mesmo que de forma superficial um pouco da história de vida de seus educandos, é de grande valia para a diminuição dos casos de agressão dentro da sala de aula.

A escola é um espaço de diversidade, sendo preciso encontrar formas de atender diferenças sociais e culturais, promovendo oportunidades variadas, trabalhando em equipes, socializando o conhecimento. [...] a escola deverá visar à formação do cidadão como ser atuante na sociedade, explorando o desejo de participação e propiciando o desenvolvimento da autonomia intelectual. (PEREIRA, 2017, p. 36)

É recomendado aos professores desde o primeiro dia de aula que avisem aos alunos que não serão toleradas as práticas de bullying ou qualquer violência nas dependências da escola. Todos devem se comprometer com isso: não o praticando e avisando à direção sempre que ocorrer um fato dessa natureza.

5943

Em vista disso, é necessário que os docentes promovam debates sobre bullying nas classes, fazendo com que o assunto seja bastante divulgado e assimilado pelos alunos. Pois o mesmo pode contribuir para o estímulo dos estudantes a fazerem pesquisas sobre o tema na escola, para saber o que alunos, professores e funcionários pensam sobre o Bullying e como acham que se deve lidar com esse assunto.

Sempre que necessário é importante convocar assembleias, promover reuniões ou fixar cartazes, para que os resultados da pesquisa possam ser apresentados a todos os alunos. Da mesma maneira, permitir que os alunos busquem soluções capazes de modificar o comportamento e o ambiente.

Sempre que ocorrer alguma situação de Bullying, deve-se procurar lidar com ela diretamente, investigando os fatos, conversando com autores e alvos. Quando ocorrerem situações relacionadas a uma causa específica, tentar trabalhar objetivamente essa questão, talvez por meio de algum projeto que aborde o tema. É bom evitar, no entanto, focalizar alguma criança em particular.

Nos casos de ocorrência de Bullying, conversar com os alunos envolvidos e dizer-lhes que seus pais serão chamados para que tomem ciência do ocorrido; é fundamental participar junto com a escola na busca de soluções, conversar com a turma sobre o assunto, discutir sobre a necessidade de se respeitarem as diferenças de cada um. Refletir com eles sobre como deveria ser uma escola onde todos se sentissem felizes, seguros e respeitados.

Além disso, a formação de professores e a inclusão dos pais e da comunidade no processo educacional são essenciais para fortalecer as medidas de prevenção à violência.

Programas de treinamento contínuo para educadores, que focam em técnicas de gestão de conflitos e conscientização sobre questões de violência juvenil, são fundamentais. Santos (2023, p. 105) destaca que a formação de professores é crucial para garantir que as intervenções sejam não apenas adequadas, mas também alinhadas com os objetivos educacionais mais amplos de promover a paz e o respeito mútuo.

A cooperação entre diversas agências governamentais e a escola é outro elemento vital. Essa colaboração permite que recursos de diferentes setores sejam mobilizados para apoiar as iniciativas escolares, desde segurança até atividades extracurriculares que incentivam a inclusão e a tolerância. Oliveira (2024, p. 118) observa que a coordenação interdepartamental pode ampliar o alcance e aumentar o impacto dos programas de prevenção à violência, transformando a escola em um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos.

5944

No entanto, para que as políticas públicas sejam realmente eficazes, é necessário monitorar e avaliar continuamente os programas implementados. Isso não só garante a fidelidade da execução, mas também permite ajustes e melhorias com base em feedback concreto e resultados mensuráveis. Avaliações regulares são fundamentais para compreender o que funciona ou não em cada contexto escolar específico, permitindo ajustes oportunos para maximizar a eficácia das intervenções.

A possibilidade de replicar essas políticas em outras escolas também depende de uma compreensão clara de seu impacto e das condições necessárias para seu sucesso. A troca de melhores práticas e lições aprendidas é essencial para expandir essas iniciativas, permitindo que escolas em diferentes contextos adaptem e implementem estratégias de prevenção à violência que atendam às suas necessidades particulares.

Em suma, as políticas públicas são fundamentais para moldar as práticas escolares voltadas para a prevenção da violência juvenil. Com o comprometimento conjunto entre

governo, escolas e comunidade, é possível criar ambientes educacionais que não apenas evitam a violência, mas também promovem a paz e o bem-estar de todos os envolvidos.

CONCLUSÃO

O crescimento socioemocional no ambiente escolar é essencial, atuando como base para formar pessoas que possam interagir de maneira saudável e respeitosa. A importância desse desenvolvimento está na sua capacidade de equipar os estudantes com habilidades fundamentais, como empatia e autocontrole, que são vitais para evitar a violência e promover uma convivência harmoniosa. Ao incorporar o desenvolvimento socioemocional nos currículos escolares, as instituições de ensino contribuem consideravelmente para o bem-estar e o sucesso dos alunos, tanto na escola quanto em suas vidas pessoais.

Por meio do cultivo de habilidades socioemocionais, os estudantes aprendem a lidar com suas emoções, a compreender os sentimentos dos outros e a se comunicar de forma eficaz. Essas habilidades permitem que os alunos enfrentem desafios e resolvam conflitos de maneira construtiva e pacífica. Escolas que adotam programas focados nessas competências observam uma diminuição nos casos de bullying e outras formas de violência, pois os estudantes estão mais preparados para negociar e mediar disputas sem recorrer à agressão.

5945

A importância dessas habilidades vai além da prevenção de comportamentos inadequados, tendo um impacto positivo na saúde mental dos alunos. Programas que se concentram no desenvolvimento socioemocional estão ligados a melhorias no desempenho acadêmico, já que estudantes emocionalmente saudáveis têm maior capacidade de concentração e participação em sala de aula. Além disso, a habilidade de lidar com suas emoções e interações sociais de maneira eficaz pode reduzir o estresse e aumentar a resiliência diante de situações desafiadoras.

A implementação eficaz desses programas demanda treinamento adequado dos educadores, que devem estar preparados para ensinar e exemplificar essas habilidades em sala de aula. A formação contínua dos professores é crucial para que eles possam guiar os alunos no desenvolvimento de suas competências socioemocionais, oferecendo apoio e feedback apropriados. Isso envolve não apenas capacitação em técnicas pedagógicas, mas também conscientização sobre a importância dessas habilidades no desenvolvimento integral dos estudantes.

Os resultados indicam que as iniciativas das escolas, como rodas de conversa, oficinas temáticas e apoio psicológico, podem ser elementos interessantes para promover um ambiente mais seguro e colaborativo, com uma diminuição nos casos de bullying e maior engajamento dos alunos.

Conclui-se que as políticas públicas desempenham um papel importante na prevenção da violência juvenil, mas a eficácia de suas ações pode ser aumentada através de estratégias integradas que incluam mais formação contínua para os profissionais, parcerias com a comunidade e um fortalecimento do diálogo com as famílias.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BOYES-WATSON, Carolyn. **No coração da esperança: guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis** / Carolyn Boyes-Watson, Kay Pranis ; tradução : Fátima De Bastiani. – [Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas], 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **Ética e violência**. Revista Teoria e Debate, n.º. 39, 1998.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. . Acesso em: 19 dez. 2024. , 2006
- DENZIN, n. K. e LINCOLN, Y. S **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: denzin, n. K. e lincoln, y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FERREIRA, A. (2022). **Impacto das Políticas Públicas na Prevenção da Violência Escolar**. São Paulo: Editora Acadêmica, p. 93.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GITAHY, Raquel Rosan Christino; ALVES, Luis Henrique Ramos; SOUZA, Fernanda Gabriela Sampaio. Responsabilidade civil das escolas quanto a violência física e moral: a construção do saber na era conectada. **Dialogia**, São Paulo, n. 32, p. 38-51, maio/ago. 2019.
- KRUG, E.G. et al. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Saúde Mundial, Organização, 2002.
- MACHADO, Fernanda. **Brasil lidera ranking de violência contra professores**. 2019. Disponível em: <https://sinprogoias.org.br/brasil-lidera-ranking-de-violencia-contraprofessores/>. Acesso em: 10/05/2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A violência dramatiza causas**. In: *Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Organizados por Maria Cecília de Souza Minayo et al. 1ª reimp. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1997.

OCDE, Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Segundo pesquisa, Brasil lidera ranking de agressões contra docentes**. 2019. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/nacional-jovem/2019/10/segundo-pesquisa-brasil-lidera-o-ranking-de-agressoes-contradocentes>. Acesso em: 10/05/2025.

OLIVEIRA, C. (2024). **Coordenação Interdepartamental em Programas Escolares de Prevenção à Violência**. Curitiba: Editora Universo Educacional, p. 118.

PEREIRA, R. (2017). **Mediação de Conflitos na Escola: Práticas e Perspectivas**. Curitiba: Editora Escolar, p. 134.

RIBEIRO, Mônica Maria Souza. **Justiça restaurativa: uma proposta de diálogo, inclusão e prevenção de violência**. III CINTEDI, 2022.

SAMPAIO, Kleber. **Violência contra professores e alunos cresce na rede pública paulista**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/violencia-contraprofessores-e-alunos-cresce-na-rede-publica>. Acesso em: 10/05/2025.

SANTOS, B. (2023). **Formação Docente e Prevenção de Violência: Estratégias e Impactos**. Rio de Janeiro: Editora Educativa, p. 105.

5947

SOUZA, E. (2019). **Diálogos Interculturais e Paz nas Escolas**. Curitiba: Editora Universitária. p. 215.